

POLÍTICAS E CURRÍCULO NA LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS: pesquisas do Observatório da Formação de Professores no âmbito do Ensino de Arte (OFPEA/BRARG)

Maria Cristina da Rosa Fonseca da Silva¹

Gerda Margit Schütz Foerste²

APRESENTAÇÃO

O presente Dossiê resulta de pesquisas do Observatório da Formação de Professores no âmbito do Ensino de Arte (OFPEA/BRARG) e da Rede Latino-Americana de Investigadores em Formação de Professores de Artes (LAIFOPA). Analisa, a partir da atual conjuntura, propostas dos currículos de formação de professores de Artes Visuais no Brasil e América Latina. Os estudos orientam-se pelo conceito de práxis na abordagem do materialismo histórico-dialético.

Busca, então, discutir processos sociais que engendram diferentes proposta curriculares nacionais e internacionais de formação de professores das Artes. Agrega textos de pesquisadores brasileiros das Regiões Norte, Sul, Centro-oeste, Sudeste e Nordeste, e de pesquisador Argentino, integrantes do observatório (OFPEA/BRARG). Integram, ainda, esse dossiê temático pesquisadores de diferentes instituições (UDESC, UFES, UNA/UNR, UFRB, IFPR, UFPR, UFMS, UFPEL, UEPG, UNIVASF, RESC). Os resultados das pesquisas são sistematizados com o objetivo de dimensionar mudanças e continuidades nos currículos da formação de professores de Artes Visuais e problematizar propostas curriculares contemporâneas que cerceiam a autonomia e a liberdade de criação na formação docente.

Acompanhamos, nos últimos anos, uma disputa acirrada de interesses antagônicos na sociedade que impactam a Educação e as propostas curriculares de formação de professores. Duarte (2018) nomeia esse tempo de “obscurantismo beligerante” e adverte:

No campo dos debates sobre o currículo escolar, uma das manifestações mais sintomáticas do obscurantismo é o movimento auto-intitulado Escola Sem Partido. Ao contrário do que preconizam seus defensores, esse movimento não visa à defesa da escola diante de possíveis ações de proselitismo político-partidário ou de constrangimento ideológico. Sua real finalidade é a criação de um ambiente de censura ideológica, ética e política dos professores, dos currículos e dos materiais pedagógicos, de maneira a se submeter a escola pública aos ditames das mais reacionárias e irracionais concepções de mundo existentes na sociedade contemporânea (DUARTE, 2018, p. 139-140).

Uma das mais radicais medidas propostas por políticas neoliberais em andamento se refere à exclusão das Artes da Educação Básica e, conseqüentemente, as medidas que atingem os currículos dos cursos de formação de professores das Artes.

Nesse cenário, o Observatório da Formação de Professores, no âmbito do Ensino de Arte (OFPEA/BRARG), juntamente com a Rede Latino-Americana de Investigadores em Formação de

¹ Professora dos programas de Pós-Graduação em Artes Visuais e de Educação da UDESC. E-mail: cristinaudesc@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1571-9176>

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado), da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: gerdafoerste@yahoo.com.br. ORCID: <http://orcid.org/0000.0002.6040.5435>.

Professores de Artes (LAIFOPA), como organizações que congregam pesquisadores de Artes, promovem estudos que visam a analisar a atual conjuntura e propostas dos currículos de formação de professores de Artes Visuais no Brasil e América Latina. A articulação desses pesquisadores objetiva compreender as diferenças e similitudes de currículos da formação docente de Artes Visuais em diferentes contextos latino-americanos, para fazer frente aos avanços de políticas que retiram a autonomia e processos de criação da Arte na sociedade. A produção dos pesquisadores engajados na pesquisa acerca dos currículos dos Cursos de Formação de Professores de Artes Visuais é amplamente debatida em fóruns qualificados da Área, como na ANPAP (Associação Nacional de Pesquisadores de Artes Plásticas) e no CONFAEB (Congresso Nacional da Federação de Arte/Educadores do Brasil), além de encontros promovidos com o fim de discutir resultados das pesquisas e produção de documentos comuns.

Nesse sentido, o dossiê aqui proposto socializa parte das pesquisas produzidas por esse coletivo e amplia o debate, com a participação de pesquisadores de diferentes regiões brasileiras e de outros países da América Latina. As discussões sobre as mudanças e permanências das artes nos currículos e acerca das necessidades prementes da formação dos profissionais dessa área são balizadoras do debate proposto pelos pesquisadores que integram essa coletânea, fazendo frente às propostas curriculares contemporâneas que cerceiam a autonomia e a liberdade de criação. Na esteira dessa reflexão, os artigos *POLÍTICAS E CURRÍCULO NA LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS*: pesquisas do Observatório da Formação de Professores no âmbito do Ensino de Arte (OFPEA/BRARG), de Maria Cristina da Rosa Fonseca da Silva (UDESC) e *POLÍTICA EDUCATIVA Y LINEAMIENTOS CURRICULARES DE LOS PROFESORADOS UNIVERSITARIOS EN ARTES VISUALES EN ARGENTINA* de Federico Buján (UNA e UNR) dimensionam a temática a partir do contexto brasileiro e argentino, respectivamente.

O estudo de Fonseca da Silva pretende analisar as políticas públicas educacionais que interferem no Ensino de Artes na escola a partir da formação nos cursos de licenciatura. Segundo a autora, busca um comparativo entre as implicações das políticas educacionais na formação docente em artes nas licenciaturas e os respectivos desdobramentos no Ensino de Arte na escola. Considera os modelos de formação docente desenhados nos últimos tempos e implementados nas licenciaturas em Artes Visuais. Finalmente apresenta reflexões fundamentadas na pedagogia histórico-crítica com a intenção de dar visibilidade às contradições presentes no Ensino de Arte, a partir das especificidades das artes visuais na escola, bem como na formação profissional nas licenciaturas.

Fazendo a relação com a Argentina, o texto de Federico Buján aborda o marco geral em que se desenvolve a formação de professores de Artes Visuais na Argentina a partir da análise das políticas públicas e diretrizes curriculares que regulam e orientam a formação docente nesse contexto. Igualmente, o autor se propõe a realizar uma revisão atualizada dos marcos que normatizam a formação docente em Artes Visuais na universidade, e, do mesmo modo, apresenta o estado da arte sobre essa dimensão curricular, bem como a oferta nesse campo específico. Buján ressalta a escassez de dados nesse campo e a importante contribuição do estudo para o contexto argentino. Finalmente, o artigo pretende analisar, à luz da legislação vigente, três matrizes curriculares de universidades públicas argentinas.

Na sequência, os textos: *CONTRIBUIÇÕES DO MATERIALISMO HISTÓRICO- DIALÉTICO PARA O PROJETO EM REDE OBSERVATÓRIO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE ARTES VISUAIS*, de Rosana Soares, *CONTRIBUIÇÕES DE BAKHTIN PARA PENSAR A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE ARTE PARA ALÉM DO CURRÍCULO*, Katyuscia Sosnowski, e *A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE ARTES VISUAIS NA CONTEMPORANEIDADE: REFLEXÕES FILOSÓFICAS*, de Janaína Corá e Cláudia Battestin, propõem aproximações com o campo teórico e conceitual do ensino crítico da arte. O artigo de Soares problematiza as escolhas teórico-metodológicas de pesquisadores da formação de professores em Artes Visuais. Defende que a assunção de uma perspectiva epistêmica vai além de um discurso articulado, mas implica uma visão de mundo e compromisso político. Nesse sentido, as pesquisas na abordagem do materialismo histórico-dialético, conforme a autora, possibilitam a análise concreta do real, para além da aparência, e a possibilidade de ação no campo da transformação social. A participação da pesquisadora

no Observatório da Formação de Professores de Artes Visuais, segundo a mesma, favorece a constituição de uma rede de investigações sobre arte e formação docente em arte, com contribuições que se inscrevem na práxis dos pesquisadores.

A obra de Mikhail Bakhtin constitui-se em um importante referencial da pesquisa em artes, na perspectiva marxiana. Nesse sentido, o artigo de Katyuscia Sosnowski contribui no embasamento teórico do presente dossiê, na medida em que analisa a potência dos enunciados na linguagem videográfica, a partir de conceitos fundamentais da obra bakhtiniana. A análise de videocartas produzidas por estudantes brasileiros e estadunidenses implicou escuta ética e responsiva, favorecendo o dialogismo e polifonia, em especial promovendo o encontro de múltiplas vozes que ressignificam o currículo em artes em processo dinâmico. Na esteira dessa reflexão, segue o texto de Janaína Corá e Cláudia Battestin, com a problematização proposta na diferenciação dos conceitos de Cultura e Arte. As autoras buscam em diferentes autores dimensionar os conceitos, objetivando compreender o que os diferencia, em especial no contexto da formação docente. Para tanto, realizam discussão conceitual densa acerca da arte em relação à cultura e seu papel na educação escolar.

A abordagem da formação docente em Artes Visuais, a partir da análise de diferentes contextos nos quais se desenvolve, concretiza-se, no presente dossiê, com base nos seguintes textos: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: MEDIAÇÕES NA LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS, de Gerda Margit Schutz Foerste e Fernanda Monteiro Barreto Camargo; A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE ARTES VISUAIS NA REGIÃO CENTRO-OESTE: currículo e políticas, de Vera Lúcia Penzo Fernandes (UFMS); OBSERVATÓRIO DO PARANÁ: O MOVIMENTO CURRICULAR DAS LICENCIATURAS EM ARTES VISUAIS de Consuelo Alcioni Borba Duarte Schlichta – UFPR; CONTRIBUIÇÕES DOS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS NA ATUAÇÃO DOCENTE DOS PROFESSORES EGRESSOS DO SUBPROJETO PIBID-ARTES VISUAIS DA UEPG/PR de Ana Luiza Ruschel Nunes (UEPG) e CURSOS DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS NA BAHIA: DIÁLOGOS ENTRE UFBA, UNIVASF E UFOB de Flávia Maria de Brito Pedrosa Vasconcelos.

O artigo de Schütz-Foerste e Camargo analisa dimensões da formação de professores de Arte no Estado do Espírito Santo e problematiza o currículo da licenciatura em face das lutas por educação pública para todos. Com base em categorias marxiano-lukacsianas, investiga a práxis de formação de professores de Arte mediadas por dispositivos legais que orientam a formação docente no Brasil. Nesse sentido, o estudo aborda as mudanças e impactos na formação de professores em Artes Visuais promovida pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no período de 1997 a 2017. Destaca-se, nesse processo, o ingresso e participação de sujeitos advindos de contextos sociais diversos e o incremento à formação para além do contexto urbano.

O artigo de Vera Penzo Fernandes mapeia os dados sobre os cursos de licenciatura na área de Artes Visuais na Região Centro-Oeste, com o objetivo de explicitar os impactos das políticas educacionais para a definição das estruturas curriculares dos cursos de formação de professores de Artes Visuais. Vinculada ao projeto em Rede Observatório da Formação de Professores no âmbito do Ensino de Arte, a coleta de informações foi realizada junto ao sistema E-mec e nos sites de cada curso. Já a análise, segundo a autora, é feita de forma exploratória coletando dados quantitativos sobre as instituições de ensino que ofertam os cursos e sua categoria administrativa, ano de credenciamento e de criação do curso, modalidade de ensino, se presencial ou a distância e tempo para integralização. As categorias foram analisadas na perspectiva sócio-histórica. Segundo a autora, os resultados apontam para o crescimento dos cursos ofertados na modalidade a distância e o fechamento de cursos presenciais, para a necessidade de valorização das práticas artísticas e para a atualização das estruturas curriculares, como forma de cumprimento da legislação vigente.

O movimento curricular das licenciaturas em Artes Visuais é o tema do artigo proposto por Consuelo Schlichta. A autora aponta que o estudo tem origem nas discussões sobre a especificidade do conhecimento artístico no ensino de arte, a partir da pedagogia histórico-crítica. O estudo coloca como problemática central as seguintes perguntas: O currículo proposto na licenciatura em Artes Visuais, da

Universidade Federal (PR), corresponde às demandas de qualificação exigidas de quem atua no ensino de Arte nos níveis fundamental e médio? Há aderência entre conhecimentos artísticos específicos e pedagógicos oferecidos na licenciatura em Artes Visuais (UFPR), os currículos das Secretarias de Educação e os conteúdos abordados na Educação Básica? Trava um diálogo com diferentes autores, destacando como referencial teórico, Demerval Saviani e Gonzalez Rey. Como resultado, a autora enfatiza a existência de um projeto mais prescritivo de formação e menos aderente à investigação dos recursos subjetivos do professor no enfrentamento das situações cotidianas em sala de aula, a exemplo da prática institucionalizada de polivalência. A Análise dos resultados aponta a necessidade de tomar a análise da realidade como ponto de partida.

Seguindo a reflexão sobre a práxis na formação de professores de Artes Visuais, destacamos o artigo de Ruschel Nunes, que analisa impactos de políticas públicas na formação de professores, notadamente no programa institucional de bolsa de iniciação à docência (PIBID)/subprojeto PIBID-artes visuais da universidade estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR), realizado de 2009 a 2014. A autora desenvolve análise sobre pós-formação inicial de professores, fundamentada na investigação-ação, nos pressupostos teóricos da pedagogia histórico-crítica e na contribuição freiriana. A análise apresenta rigor acadêmico, com metodologia e fundamentação teórica que corroboram a tese acerca da importância de políticas públicas na formação docente, notadamente nas contribuições do PIBID para a valorização da formação inicial de Professores de Arte.

Flávia Vasconcelos busca analisar os currículos das licenciaturas em Artes Visuais na Bahia, tendo como foco os entendimentos conceituais sobre o que vem a ser o currículo: a autora considera como marco as Diretrizes Curriculares Nacionais (2015). Ela problematiza os laços interinstitucionais entre UFBA, UNIVASF e UFOB, considerando o tema da formação de professores de Artes Visuais no estado, de forma, não somente, a atender perspectivas contemporâneas, mas de promover um espaço amplo de formação. A autora aponta a importância de refletir criticamente sobre o exercício e a formação de docentes para espaços formais e não-formais de ensino.

A proposta do Dossiê POLÍTICAS E CURRÍCULO NA LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS é fortemente impactada por políticas públicas. Nos últimos vinte anos, acompanhamos importantes avanços no que se refere à formação de professores no Brasil. Perseguimos incansavelmente a meta de eliminar a figura do professor leigo na sala de aula. Contudo, a orientação político-ideológica do atual governo brasileiro retira importantes conquistas da sociedade civil e das instituições responsáveis pela promoção de equidade social, produtora de cidadania e do exercício da participação democrática, como sindicatos, movimentos sociais organizados e escolas, entre outras. É flagrante a retirada recursos da união, estados e municípios da educação, o cerceamento da palavra e posição política, assim como controle sobre as práticas docentes, entre outras medidas que gradativamente definem este como um governo de exceção. De igual modo, retira espaços de criação e produção do pensamento crítico da escola, quando privilegia o ler, escrever e contar eliminando ou minimizando disciplinas como filosofia, sociologia e artes dos currículos escolares.

As investigações desenvolvidas em rede do Observatório da Formação no âmbito do Ensino de Artes acompanham atentamente às mudanças no cenário político e educativo diretamente relacionadas às propostas de formação de professores de Artes Visuais. Os estudos orientam-se pela produção de dados referentes às estatísticas da formação docente, como também estão voltados à consolidação de um referencial teórico-metodológico capaz de compreender a complexidade do tema em tela. Dessa forma, o presente dossiê marca uma posição política em defesa da formação de professores de Arte e, ao mesmo tempo, do ensino de Artes na Educação Básica.

Outros quatro textos compõem a demanda contínua do presente volume e abordam temas relevantes à discussão curricular, a saber: o texto “Os Conhecimentos das Áreas Versus o Objeto das Áreas: o Currículo Ressignificado”, de Adreana Dulcina Platt e Marcelo Silveira propõe importante

reflexão em torno das bases conceituais que fundamentam a *práxis* educativa e o currículo. Busca em Marx, Kosik, Semeraro, entre outros, o aporte teórico necessário à defesa da tese de que, “ao determinar o específico de estudo de cada área do conhecimento, é possível ressignificar as relações curriculares pelo realinhamento das perspectivas político-pedagógicas desses saberes”. Para o autor a educação *omnilateral* constitui a base do currículo, em sua articulação com objeto da área de estudos.

O texto de Yasmin Ramos Pires e Geovana Mendonça Lunardi Mendes, intitulado “Adaptar, Adequar, Diferenciar: reflexões a partir das políticas curriculares para o público-alvo da Educação Especial”, analisa cinco textos curriculares criados a partir da publicação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. A análise documental aponta para a necessidade de concretizar as orientações normativas nos currículos, visto que, segundo os autores, “poucas são as evidências dos movimentos curriculares de adaptação, flexibilização e/ou diferenciação curricular como possibilidades para a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial”.

Uma análise a partir de revisão da produção teórica sobre o tema currículo, contextualizado na Cultura Digital, com ênfase na Base Nacional Comum Curricular, foi abordada por Edna Araujo dos Santos Oliveira e Roseli Zen Cerny no artigo intitulado “Professores, Bncc e Construção de Currículo na Cultura Digital”. O estudo revisional permite perceber o crescente interesse pela temática e aponta para a necessidade do reconhecimento das vozes dos educadores na construção dos currículos oficiais. Em especial, reafirma a urgência da discussão sobre o currículo na cultura digital.

O artigo de Felipe de Souza Costa e Valdir Heitor Barzotto, intitulado, “Da memória: movimentos de ‘não esquecer’ em currículos de Língua Portuguesa da cidade de São Paulo”, analisa “esquecimentos e lembranças” em cinco documentos curriculares de Língua Portuguesa na capital paulista. Realiza análise de discurso fundamentada em Bakhtin, com orientação na Análise do Discurso de orientação francesa. Em sua análise, percebe a “presença de uma abordagem mais dialógica (com base em pressupostos de Bakhtin e o Círculo) e outra de cunho interacionista sociodiscursivo (com base em pressupostos de Bakhtin e de Vigotsky, por exemplo, e na Escola de Genebra – Jean Paul Bronckart, Dolz e Schneuwly)”. E argumenta que a separação dessas abordagens se justifica na medida em que, segundo a autora, “a primeira está centrada tão somente nos processos dialógicos da linguagem, e a outra, além disso, inclui paradigmas psicológicos, em que os modelos (de gênero, por exemplo) são imprescindíveis à aprendizagem”. No estudo desenvolvido é possível apreender que as memórias nos documentos estão estreitamente relacionadas ao ideário político-ideológico dos grupos gestores em exercício, refletindo diretamente nos currículos propostos.

Na sequência, a resenha elaborada por Luzia de Marilac Pereira Castro e Sandra Márcia Campos Pereira, apresenta-nos a obra “Base Nacional Comum Curricular: Dilemas e perspectivas”, escrita por Roberto Jamil Cury, Magali Reis e Teodoro Adriano Zanardi, na qual é discutido tema de grande interesse e fundamental importâncias nas discussões curriculares no presente momento. A análise da obra, a partir dos capítulos que a compõem, introduzem o futuro leitor na complexidade do debate proposto e provocam-no a realizar a leitura do livro. A abordagem histórica do processo e a problematização da proposta da BNCC, com ênfase no contexto normativo e interesse em jogo, constituem alguns dos principais pontos discutidos, indicando-a como leitura obrigatória na discussão curricular hodierna. Conforme os autores da resenha, “É imprescindível a leitura e discussão da obra aqui resenhada, tendo em vista o momento atual em que todas as escolas da rede pública e privada estão em processo de (re)elaboração curricular”.

Concluímos a apresentação do Dossiê intitulado POLÍTICAS E CURRÍCULO NA LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS e também os artigos e resenha de demanda contínua da revista Espaço do Currículo. Agradecemos a todos os autores, avaliadores e esperamos novas reverberações.